

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.	
C	De 12/04/2000	
C	S/	
Rubrica		



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo : 13520.000077/96-50

Acórdão : 202-11.628

Sessão : 27 de outubro de 1999

Recurso : 104.807

Recorrente : VEBAL VEÍCULOS BARREIRENSE LTDA.

Recorrida : DRJ em Salvador – BA

**DCTF – MULTA** – A falta de apresentação da Declaração de Contribuições e Tributos Federais, obriga o contribuinte a pagar multa cujo o valor é de 69,20 UFIR por mês de atraso. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: VEBAL VEÍCULOS BARREIRENSE LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.** Ausente, justificadamente, o Conselheiro Oswaldo Tancredo de Oliveira.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1999

  
Marcos Vinícius Neder de Lima

**Presidente**

  
Ricardo Leite Rodrigues

**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Carlos Bueno Ribeiro, Helvio Escovedo Barcellos, Tarásio Campelo Borges, Maria Teresa Martínez López e Luiz Roberto Domingo.

Imp/mas



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

**Processo :** 13520.000077/96-50

**Acórdão :** 202-11.628

**Recurso :** 104.807

Recorrente : VEBAL VEÍCULOS BARREIRENSE LTDA.

## RELATÓRIO

Trata-se no presente processo de Auto de Infração, lavrado em decorrência da não apresentação de Declaração de Contribuições e Tributos Federais – DCTF, relativa aos anos calendários de 1994 e 1995, onde se exige do contribuinte os seguintes valores:

- Fatos geradores até 31/12/94.....17.646,00 UFIRs
- Fatos geradores a partir de 01/01/95..... R\$ 6.480,10

Tempestivamente, a contribuinte apresentou impugnação alegando em síntese que:

- a multa por atraso na entrega da DCTF deve ser cobrada uma só vez;
- conforme o art. 25 do Decreto-Lei nº 9.295/46, regulamentado pela resolução CFC 560/83, solicita a apresentação do registro CRC/Ba dos auditores fiscais autuantes.

A Autoridade Monocrática, julgou procedente o lançamento, ementando assim sua decisão:

### “MULTA REGULAMENTAR”

**Não apresentação das Declarações de Contribuições e Tributos Federais (DCTF) enseja a aplicação da multa prevista no artigo 1.001 do Decreto 1.041/94**

### “AÇÃO FISCAL PROCEDENTE”

A recorrente interpôs recurso voluntário onde alega o que segue:

#### “PRELIMINARMENTE”

(...)

1. Argui-se a nulidade do Auto por falta de amparo legal.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

**Processo : 13520.000077/96-50**

**Acórdão : 202-11.628**

2. O art. 100I do RIR/94 determina que sejam aplicadas multas a cada DCTF entregue em atraso, utilizando a mesma base de cálculo do PIS, do Cofins, do Imposto de Renda, do ICMS e da Contribuição Social.

Não é permitido a instituição de novos tributos utilizando-se a mesma base de cálculo, nem criar novos tributos sem lei complementar que o defina (Art. 150 C.F.)

Subsiste entre nós o regime da legalidade, portanto o regulamento não poderá se sobrepor às Leis e as Leis à Constituição.

3. Quando alegamos a necessidade do registro do Auditor junto ao CRC-BA não alegamos imcompetência e sim a regularidade. Ninguém poderá se colocar acima da Lei, muito menos agentes públicos, que deverão ser os primeiros a dar bons exemplos, regularizando-se, sob pena de seus atos serem nulos de pleno direito.

Tendo em vista que o valor do crédito tributário exigido no lançamento principal, atualizado monetariamente, é inferior a R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional não ofereceu contra-razões.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13520.000077/96-50

Acórdão : 202-11.628

## VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RICARDO LEITE RODRIGUES

O lançamento ora em julgamento foi lavrado devido a contribuinte não ter apresentado as DCTFs, referentes aos anos calendários de 1994 e 1995.

Entendo que a alegação da recorrente de que o auto é nulo por falta de amparo legal, não condiz com a realidade dos fatos, porque, às fls. 06, os autuantes colocaram a legislação que fundamentava a exigência fiscal e toda ela se encontrava em vigor à época da lavratura.

Por outro lado, o art. 1001 do Regulamento do Imposto de Renda/94, estabelece que o valor da multa aplicada é de 69,20 UFIR ao mês-calendário ou fração no caso da não apresentação da DCTF; como estas devem ser entregues mensalmente, logo fica evidente que para cada DCTF não entregue no mês, deverá ser aplicado o valor acima citado multiplicado pelo número de meses em atraso, procedimento este adotado pela fiscalização. (grifei)

Finalmente, no tocante à necessidade dos auditores se registrarem junto a CRC/Ba, é público e notório de que ao ingressar na carreira de Auditor Fiscal da Receita Federal os autuantes adquiriram o direito de fiscalizar as empresas por força de lei, por conseguinte estão perfeitamente regularizados para praticarem os atos aqui questionados.

Pelo acima exposto, ficou comprovado que a recorrente estava obrigada a apresentar as DCTFs, como não o fez, deverá pagar o auto de infração lavrado que corresponde ao valor da multa pela não apresentação das declarações.

Assim sendo conheço do recurso por tempestivo, para no mérito negar-lhe provimento.

Sala das Sessões, em 27 de outubro de 1999

  
RICARDO LEITE RODRIGUES